



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2017

Senhor Acionista,

A Diretoria da EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de V.S.s. o Relatório da Administração que destaca as principais ações desenvolvidas pela Empresa, as Demonstrações Contábeis acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam ainda o Relatório dos Auditores Independentes, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

1. GESTÃO EMPRESARIAL

1.1. Gestão de negócios

Em cumprimento ao seu objeto social, a Companhia atua como mandatária do Estado de Minas Gerais em contratos de concessões e parcerias público-privadas, para isso assumindo obrigações relacionadas às contraprestações pecuniárias ou de qualquer outra natureza no âmbito dos referidos contratos. No exercício de 2017, foram pagos como contraprestações aos Parceiros Privados, em nome do Estado de Minas Gerais, o montante de R\$85.214 mil. No exercício de 2016, foram pagos R\$213.379 mil.

Pagamentos de Contraprestações - (R\$ mil)		
Parcerias Público-Privadas	2016	2017
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A	95.933	2.252
Gestores Prisionais Associados S/A - GPA	90.827	70.853
Minas Cidadão Centrais de Atendimento S.A	26.619	12.109
Total	213.379	85.214

Essa redução se deve ao fato de várias contraprestações terem sido pagas diretamente pelo Estado de Minas Gerais, sem intermédio da EMIP.

A Companhia atua, ainda, na comercialização de bens imóveis próprios não de uso, tendo auferido neste exercício uma receita líquida de R\$551 mil com a venda de 18 imóveis por meio de concorrências públicas. No exercício anterior, foi apurada receita líquida de R\$944 mil com a venda de 25 imóveis.

Tendo em vista a crise econômica vivenciada pelo país, bem como o fato de muitos imóveis componentes da carteira da EMIP possuírem baixa liquidez, a Administração considera satisfatórios os resultados alcançados.

Restam no estoque de imóveis disponíveis para venda 92 imóveis, registrados pelo valor de R\$7.407 mil. Com base nos mais recentes laudos de avaliação desses imóveis, a Companhia registrou um impairment de R\$1.772 mil, de modo a refletir o valor justo que é de R\$5.635 mil.

Estoque de Imóveis	Quantidade	Valor (R\$ mil)
Posição em 31/12/2016	110	8.361
Imóveis vendidos	(18)	(954)
Impairment acumulado de imóveis disponíveis para venda	-	(1.772)
Posição em 31/12/2017	92	5.635

1.2. Recursos Humanos

A Companhia utiliza a mão de obra dos empregados de sua controladora, valendo-se de Convênio de Cooperação Técnica

firmado entre as partes. Em 31 de dezembro de 2017, a EMIP possui em seu passivo o montante de R\$65 mil a pagar à MGI relativo ao compartilhamento de mão de obra, nos termos do convênio firmado.

2. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

A EMIP auferiu, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, receita operacional líquida de R\$551 mil proveniente da comercialização de bens imóveis próprios não de uso, apresentando uma redução de 42% em relação ao exercício de 2016, quando auferiu R\$ 944 mil.

O custo apurado no exercício totalizou R\$745 mil, composto por: (i) R\$705 mil relativo ao custo de aquisição dos imóveis vendidos; (ii) R\$30 mil relativo ao custo de avaliação de imóveis; (iii) R\$10 mil relativo ao IPTU. No exercício anterior, o custo foi 52% superior, totalizando R\$1.549 mil.

Dessa forma, a EMIP apurou, no exercício de 2017, prejuízo operacional bruto de R\$194 mil, enquanto no exercício de 2016 o prejuízo foi de R\$605 mil. Os prejuízos brutos observados em ambos os exercícios ocorreram porque alguns imóveis vendidos apresentaram desvalorização em relação ao custo de aquisição.

O resultado financeiro líquido apurado pela Companhia no exercício de 2017 foi de R\$198 mil, inferior em 25% ao resultado apurado no exercício de 2016, que foi de R\$263 mil. Esse resultado refere-se aos rendimentos de aplicações financeiras, deduzidos IOF e despesas bancárias. Esta diminuição decorre da redução do montante de recursos aplicados, em razão da execução dos pagamentos de contraprestações das parcerias público-privadas.

Com base nos resultados supramencionados, a EMIP auferiu no exercício de 2017 prejuízo líquido de R\$1.917 mil, valor 55% inferior ao prejuízo do exercício anterior, que totalizou R\$4.230 mil. A melhoria do resultado em 2017 deveu-se a dois fatores:

(a) A redução do custo operacional superou o decréscimo da receita líquida, gerando uma melhoria de 67% no resultado bruto;

(b) No exercício de 2016, foi reconhecido impairment de imóveis disponíveis para venda no valor de R\$2.137 mil, enquanto, em 2017, houve reversão de impairment no valor de R\$116 mil decorrente de novos laudos de avaliação dos imóveis.

Apesar do prejuízo auferido em 2017, a Administração considera satisfatórios os resultados alcançados, uma vez que, apesar da redução da receita líquida, a redução do custo operacional propiciou uma considerável melhoria no resultado bruto. Outrossim, considerando que a principal atividade fim da EMIP, pela qual foi fundada, é a atuação como mandatária do Estado de Minas Gerais no âmbito das PPP's, a Diretoria considera cumpridos seus objetivos definidos para o exercício.

3. AUDITORIA INDEPENDENTE

A Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo a prestação de outros serviços.

4. AGRADECIMENTOS

A Administração da EMIP considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o exercício de 2017 e agradece o apoio e a orientação recebidos de sua controladora MGI, da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus colaboradores.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2018.

A Administração.

Balço Patrimonial						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016						
(Em milhares de Reais)						
Ativo	Notas	2017	2016	Passivo	Notas	2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.022	140	Fornecedores e outras contas a pagar	10.a	65
Tributos a recuperar	6	132	200	Salários e encargos sociais		228
Estoque de imóveis para comercialização	8	5.635	6.224	Tributos a recolher		216
Outras contas		35	30	Obrigações por repasse	9	1.735
Total do ativo circulante		6.824	6.594	Total do passivo circulante		2.244
Depósitos judiciais		-	91	Patrimônio líquido		
Créditos com o EMG	5	-	41.028	Capital social	11.a	10.066
Tributos a recuperar	6	1.224	1.197	Prejuízo acumulado	11.d	(4.262)
Imobilizado		1	1	Total do patrimônio líquido		5.804
Total do ativo não circulante		1.225	42.317			47.903
Total do ativo		8.049	48.911	Total do passivo		8.049

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido									
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016									
(Em milhares de Reais)									
	Notas	Capital social		Reserva de lucros			Lucros/Prejuízos Acumulados		Total
		Capital social	Social a realizar	AFAC	Reclassificações de PPP	Legal	Retenção de Lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2015		547.664	(40.540)	-	(461.500)	1.885	3.468	-	50.977
Aumento de Capital		10.000	-	-	-	-	-	-	10.000
Integralização de Capital		-	40.540	-	-	-	-	-	40.540
Aumento de Capital com retenção de lucros		3.468	-	-	-	(3.468)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	162.554	-	-	-	-	162.554
Reversão de dividendos a pagar exercício anterior		1.156	-	-	-	-	-	-	1.156
Reserva legal		-	-	-	(1.885)	-	-	1.885	-
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP		-	-	-	(213.094)	-	-	-	(213.094)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(4.230)	-	(4.230)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		562.288	-	162.554	(674.594)	-	-	(2.345)	47.903
Aumento de Capital	11.a	248.614	-	(248.614)	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	86.060	-	-	-	-	86.060
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP		-	-	-	(85.371)	-	-	-	(85.371)
Proposta de redução do Capital aprovado pelo CA em 20/12/2017		-	-	-	(40.871)	-	-	-	(40.871)
Prejuízo do exercício	11.d	-	-	-	-	-	(1.917)	-	(1.917)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		810.902	-	-	(800.836)	-	-	(4.262)	5.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A. (“Companhia”), pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da MGI, possui como principais objetivos, conforme art. 3º do seu Estatuto Social: (a) titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio, (b) estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros, (c) assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação às Parcerias Público-Privadas (PPP), (d) elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e parcerias público-privadas, (e) auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura podendo assumir obrigações, (f) prestar garantias, (g) celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, (h) participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

2. Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que

correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 24 de abril de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da EMIP. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2017	2016
Receita		12	551
Custos		13	(745)
Resultado bruto			(194)
Despesas administrativas		13	(2.134)
Outras receitas			97
Perda/reversão no valor recuperável de imóveis para venda		8	116
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos			(2.115)
Receitas financeiras		14	208
Despesas financeiras		14	(10)
Receitas financeiras, líquidas			198
Resultado antes dos impostos			(1.917)
Impostos de renda		7	-
Contribuição social		7	-
Resultado do exercício			(1.917)
Resultado p/ lote de mil ações (básico e diluído em R\$)			(4,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Resultado do exercício	11-d	(1.917)	(4.230)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		(1.917)	(4.230)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo serão aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios subsequentes dessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que ocorrem. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a EMIP se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro não é reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber de clientes e outros créditos e títulos e valores mobiliários.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa com rentabilidade diária e sem carência para resgate, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo. (Veja nota 4).

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber do Estado de Minas Gerais referente aos pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas realizadas. (Veja nota 5). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de negócio da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: impostos a pagar, dividendos a pagar e obrigações por repasse.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios foram creditados durante o exercício de competência.

b. Estoque de imóveis para comercialização

Representados por unidades imobiliárias, com intenção de venda. São demonstrados pelo menor valor entre o custo histórico e o valor líquido de realização. O custo é determinado pelo Custo histórico e o valor líquido de realização correspondente ao preço de venda estimado menos custos para vender. A Administração constitui provisão para perda dos estoques sem expectativa de realização. (veja nota 8).

c. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma

Demonstrações dos fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(1.917)	(4.230)
Resultado do exercício		
Ajustes para:		
Perda/reversão na recuperação de imóveis para venda	(116)	2.137
(Aumento)/diminuição de títulos e valores mobiliários	-	-
(Aumento)/diminuição de tributos a recuperar	41	(34)
(Aumento)/diminuição de depósitos judiciais	91	(91)
(Aumento)/diminuição de depósitos judiciais	(85.214)	(213.378)
(Aumento)/diminuição de outras contas	(4)	(10)
Aumento/(diminuição) de fornecedores	(692)	656
Aumento/(diminuição) de salários e encargos sociais	207	4
Aumento/(diminuição) de tributos a recolher	67	76
Aumento/(diminuição) de obrigações por repasse	1.654	(605)
Caixa usado nas atividades operacionais	(85.178)	(213.958)
Aumento capital social	86.060	213.094
Caixa proveniente de atividades de financiamento	86.060	213.094
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.022	140
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	140	1.004
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	882	(864)
Movimentação não Caixa	882	(864)
Proposta de redução do Capital aprovado pelo CA em 20/12/2017	40.871	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

d. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos de aplicações em fundos de investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos, deduzidos do PIS e COFINS não cumulativos incidentes sobre as receitas financeiras.

As despesas financeiras abrangem de encargos financeiros e impostos incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

f. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.



EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A.

CNPJ: 18.528.267/0001-11

2/3

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais)

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.

A Companhia atua na venda de imóveis. Esses imóveis são provenientes de aumento de capital promovido pela controladora MGI, em janeiro de 2014, mediante incorporação de imóveis.

Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.

- IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 R2) - Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia vai avaliar o potencial impacto em suas demonstrações financeiras durante o próximo exercício.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas. Portanto, a adoção antecipada não é permitida.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e Bancos	13	9
Aplicações Financeiras	1.009	131
Total apresentado	1.022	140

As aplicações financeiras da Companhia são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). Os Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating Aa1, baseado na agência Moody's.

5. Contas a receber do EMG

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Valores a receber do Estado ref. pagamento de PPP	14	800.836	715.622
Obrigações por repasse PPP		(759.965)	(674.594)
Proposta de redução do Capital aprovado pelo CA em 20/12/2017		(40.871)	-
Contas a receber - total apresentado		-	41.028

A EMIP possui o valor de R\$800.836 a receber do Estado de Minas Gerais referente aos pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas realizados, conforme nota 15. Em contrapartida, a Companhia recebeu de sua controladora, MGI, conforme autorizado pelo Estado de Minas Gerais, aportes de capital no valor de R\$759.965 para pagamentos de contraprestações. Desta forma, a Companhia possui um saldo líquido de R\$40.871 a receber do Estado de Minas Gerais que será objeto de redução de capital, conforme proposto em Ata de Reunião do Conselho Fiscal 001/2017, aprovada em 20 de dezembro de 2017.

6 Tributos a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016	
Tributos Retidos em Aplicações Financeiras	a	19	25
Tributos a recuperar de PIS/COFINS/IRPJ/CSLL	b	113	175
Ativo Circulante		132	200
Tributos a recuperar de IRPJ/CSLL	b	1.224	1.197
Ativo Não Circulante		1.224	1.197
Total		1.356	1.397

a. A Companhia registrou, em 31 de dezembro de 2017, créditos de IRRF decorrentes de aplicações financeiras.

b. Refere-se ao pagamento a maior de PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social em anos anteriores, devidamente atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, conforme legislação vigente. A EMIP transferiu para longo prazo os valores estimados que não serão compensados nos próximos 12 meses. O saldo remanescente será compensado à medida que novos tributos a recolher forem apurados.

7. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimento mensal por estimativa. Os tributos definitivos são apurados ao término de cada exercício social.

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes dos impostos	(1.917)	(4.230)
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	-	-
Base de cálculo para IRPJ	(1.917)	(4.230)
Total Imposto de renda e contribuição social	-	-
Taxa efetiva	0,00%	0,00%

8. Estoque de imóveis para comercialização

	Quantidade	RS
Saldo em 31/12/2016	110	6.224
Baixa de imóveis vendidos	(18)	(954)
Baixa de impairment - imóveis vendidos	-	249
Reversão de Impairment de imóveis disponíveis para venda	-	116
Saldo em 31/12/2017	92	5.635

9. Obrigações por repasse

A EMIP registrou em suas obrigações, em 31 de dezembro de 2017, valores que se referem a depósitos em garantia para aquisição de imóveis disponíveis para comercialização. Esses valores são baixados à medida que são registradas as transferências dos imóveis para os compradores.

	RS
Depósitos de Terceiros em Garantia	81
Depósitos em garantia	2.311
Baixa por transferência	(657)
Saldo em 31/12/2017	1.735

10. Partes relacionadas

Partes Relacionadas	31/12/2017	31/12/2016	
Passivo - Fornecedores e outras contas a pagar	a.	65	757
Passivo - Obrigações com PPP (nota 5)	b.	759.965	674.594
TOTAL		760.030	675.351

a. A Companhia possui com sua controladora, MGI, um convênio de Cooperação Técnica de compartilhamento funcional. Nos termos desse convênio, a EMIP deve à sua controladora, em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$65.

b. A Companhia recebeu de sua controladora, no exercício de 2017, o montante de R\$85.371, como aporte de capital, destinado ao pagamento de contraprestações de PPP's.

Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Não existem benefícios no curto nem no longo prazo ou remuneração baseada em ações e a remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

	31/12/2017	31/12/2016
Honorários e Encargos		
Diretoria	416	263
Conselho de Administração	294	294
Total	710	557

11. Patrimônio líquido

a. Capital Social

No exercício de 2017, sua controladora, a MGI, aportou recursos como adiantamentos para futuro aumento de capital no valor de R\$86.060, sendo que R\$85.371 foram destinados ao pagamento de PPP's e R\$689 destinados ao cumprimento de obrigações operacionais da EMIP.

No decorrer do exercício de 2017, os adiantamentos para futuro aumento de capital, foram transformados em aumento de capital. Em Ata de Reunião do Conselho Fiscal 001/2017, aprovada em 20 de dezembro de 2017, foi recomendado a redução do capital no valor de R\$40.871, recursos esses utilizados para pagamento de PPP's, este procedimento será apresentado na ordem do dia, na AGO – Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2018.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui capital social integralizado no valor de R\$810.902.

A EMIP reclassificou parte do capital social do Patrimônio Líquido para o Passivo não Circulante, conforme requerido pelo CPC 39.

	31/12/2016	movimentações	31/12/2017
Capital Social Subscrito	562.288	248.614	810.902
Adiantamento para futuro aumento de capital	162.554	(162.554)	-
Total Capital Social integralizado	724.842	86.060	810.902
Reclassificação obrigação por Repasse PPP	(674.594)	(85.371)	(759.965)
Proposta de redução do Capital aprovado pelo CF em 20/12/2017	-	(40.871)	(40.871)
Total Obrigações por Repasse	(674.594)	(126.242)	(800.836)
Capital Social apresentado - CPC 39	50.248	(40.182)	10.066

O quadro abaixo demonstra a composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2017:

	Ações	Participação %
ACIONISTAS		
MGI - Minas Gerais	478.487.293	100,00
Participações S.A.	478.487.293	100,00

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei.

d. Prejuízo líquido por ação básico

	31/12/2017	31/12/2016
Média da quantidade de ações no período	478.487.293	478.487.293
Resultado do período	(1.917)	(4.230)
Resultado por lote de mil ações (em RS)	(4,01)	(8,84)

12. Receita Operacional

A receita operacional da Companhia é gerada pela venda de seus bens imóveis não de uso. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a EMIP vendeu 18 imóveis por meio de concorrências públicas, arrecadando o valor total de R\$ 614, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas de vendas de imóveis	614	1.041
PIS/COFINS	(63)	(97)
Receita Líquida	551	944

13. Custos e despesas

	31/12/2017	31/12/2016
Custo de Aquisição de Imóveis	705	1.517
Custo de Avaliação de Bens Imóveis	30	28
Despesa com IPTU	10	4
Custos	745	1.549
Despesas com Pessoal	1.029	828
Despesas Administrativas	1.105	927
Despesas	2.134	1.755
Total	2.879	3.304

14. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Financeiras		
Receitas aplicações financeiras	98	151
Receitas de atualização de créditos PIS/COFINS	(10)	(12)
Despesas Financeiras		
IOF	(10)	(46)
Resultado Financeiro Líquido	198	263

15. Parcerias Público-Privadas

As parcerias público-privadas compreendem diversas formas de relacionamento entre o Estado e a iniciativa privada com vistas ao desenvolvimento de infraestrutura e de serviços de interesse público. A iniciativa privada entra com a capacidade de investir e de financiar, com a flexibilidade e com a competência gerencial e operacional, enquanto o setor público assegura a satisfação do interesse público.

O ente privado participa da implantação e do desenvolvimento de obra, serviço ou empreendimento público, bem como da exploração e da gestão das atividades deles decorrentes, cabendo-lhe contribuir com recursos financeiros, materiais e humanos.

O Estado, além de garantir o atendimento do interesse público no desenvolvimento e na execução dos contratos celebrados, ficará também responsável pela remuneração parcial ou integral do parceiro privado, remuneração essa que será vinculada ao desempenho do parceiro privado, e por contratar empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento

O quadro abaixo demonstra o sumário da operação:

	31/12/2017	Ajuste	31/12/2017		31/12/2017	Ajuste	31/12/2017
Ativo			Divulgado	Passivo			Divulgado
Contas a receber EMG	759.965	(759.965)	-	Obrigações por repasse - PPP	759.965	(759.965)	-
Total do ativo não circulante	761.190	(759.965)	1.225	Total do passivo não circulante	760.654	(759.965)	-
Total do ativo	768.014	(759.965)	8.049	Total do passivo e PL	768.014	(759.965)	8.049
	31/12/2016	Ajuste	31/12/2016		31/12/2016	Ajuste	31/12/2016
Ativo			Divulgado	Passivo			Divulgado
Contas a receber EMG	715.622	(674.594)	41.028	Obrigações por repasse - PPP	674.594	(674.594)	-
Total do ativo não circulante	716.911	(674.594)	42.317	Total do passivo não circulante	674.594	(674.594)	-
Total do ativo	723.505	(674.594)	48.911	Total do passivo e PL	723.505	(674.594)	48.911

Os efeitos dos procedimentos de reclassificação efetuados no balanço da EMIP não afetam o Capital Social e a quantidade de ações que a MGI detém. Os mesmos foram realizados para atendimento as normas contábeis brasileiras.

16. Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

a. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito,
- Risco de liquidez,
- Risco de mercado,

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. A Companhia não aplica em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Os ativos financeiros da Companhia mensurados a valor justo remetem-se às aplicações financeiras e contas a receber de clientes, que estão dentro do nível 1 da Hierarquia do valor justo.

Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A assembleia de acionistas estabeleceu o Conselho Fiscal, o qual atua de acordo com a legislação.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A EMIP, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

d. Exposição a riscos de crédito

A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada crédito. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme abaixo (2017 e 2016):

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações Financeiras	4	1.009	131
Crédito com o EMG	5	-	41.028
Total		1.009	41.159

e. Perdas por redução no valor recuperável

Contas a receber de clientes e outros créditos

Estes ativos estão representados pelas contas a receber decorrentes dos pagamentos efetuados aos parceiros privados, em decorrência da atuação da Companhia como mandatária do Estado de Minas Gerais em Contratos de Concessões e Parcerias Público-Privadas.

permanente do processo de aferição do desempenho da concessionária – Verificador Independente, no âmbito da relação contratual.

No sentido de dar mais credibilidade à remuneração ao parceiro privado, o Estado criou, em 16 de julho de 2013, a EMIP – Empresa Mineira de parcerias S/A, tendo como um dos objetivos assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação às Parcerias Público-Privadas (PPP).

Em 2017, foram pagos como contraprestações em nome do Estado de Minas Gerais aos Parceiros Privados o montante de R\$ 85.214, conforme demonstrado abaixo:

Parcerias Público-Privadas	31/12/2016	movimentação	31/12/2017
Saldo inicial			Saldo final
Adições			
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A	370.263	2.252	372.515
Gestores Prisionais Associados S/A - GPA	271.951	70.853	342.804
Minas Cidadão Centrais de Atendimento S.A	73.408	12.109	85.517
Total	715.622	85.214	800.836

Reclassificação, Apresentação e Compensação Ativo x Passivo

A EMIP foi constituída inicialmente com um capital social de R\$533.275, totalmente subscrito e integralizado pela MGI. Do total recebido, R\$530.516 foram destinados para os pagamentos das contraprestações, efetuadas pela EMIP em nome do Estado aos parceiros privados, das Parcerias Público-Privadas – Minas Arena, Gestores Prisionais Associados e Minas Cidadão Centrais de Atendimento.

Nesse sentido, por atuar apenas como um agente do Estado de Minas Gerais, a Companhia reclassificou o valor de R\$759.965, referente aos aportes de capital recebidos de 2013 a 2017, do Patrimônio Líquido para o Passivo não Circulante, conforme requerido pelo CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e conforme CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

O quadro abaixo demonstra o sumário da operação:

	31/12/2017	Ajuste	31/12/2017		31/12/2016	Ajuste	31/12/2016
Passivo			Divulgado	Passivo			Divulgado
Obrigações por repasse - PPP	759.965	(759.965)	-	Obrigações por repasse - PPP	674.594	(674.594)	-



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2017

Senhor Acionista,

A Diretoria da EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de V.S.s. o Relatório da Administração que destaca as principais ações desenvolvidas pela Empresa, as Demonstrações Contábeis acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam ainda o Relatório dos Auditores Independentes, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

1. GESTÃO EMPRESARIAL

1.1. Gestão de negócios

Em cumprimento ao seu objeto social, a Companhia atua como mandatária do Estado de Minas Gerais em contratos de concessões e parcerias público-privadas, para isso assumindo obrigações relacionadas às contraprestações pecuniárias ou de qualquer outra natureza no âmbito dos referidos contratos. No exercício de 2017, foram pagos como contraprestações aos Parceiros Privados, em nome do Estado de Minas Gerais, o montante de R\$85.214 mil. No exercício de 2016, foram pagos R\$213.379 mil.

Pagamentos de Contraprestações - (R\$ mil)		
Parcerias Público-Privadas	2016	2017
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A	95.933	2.252
Gestores Prisionais Associados S/A - GPA	90.827	70.853
Minas Cidadão Centrais de Atendimento S.A	26.619	12.109
Total	213.379	85.214

Essa redução se deve ao fato de várias contraprestações terem sido pagas diretamente pelo Estado de Minas Gerais, sem intermédio da EMIP.

A Companhia atua, ainda, na comercialização de bens imóveis próprios não de uso, tendo auferido neste exercício uma receita líquida de R\$551 mil com a venda de 18 imóveis por meio de concorrências públicas. No exercício anterior, foi apurada receita líquida de R\$944 mil com a venda de 25 imóveis.

Tendo em vista a crise econômica vivenciada pelo país, bem como o fato de muitos imóveis componentes da carteira da EMIP possuírem baixa liquidez, a Administração considera satisfatórios os resultados alcançados.

Restam no estoque de imóveis disponíveis para venda 92 imóveis, registrados pelo valor de R\$7.407 mil. Com base nos mais recentes laudos de avaliação desses imóveis, a Companhia registrou um impairment de R\$1.772 mil, de modo a refletir o valor justo que é de R\$5.635 mil.

Estoque de Imóveis	Quantidade	Valor (R\$ mil)
Posição em 31/12/2016	110	8.361
Imóveis vendidos	(18)	(954)
Impairment acumulado de imóveis disponíveis para venda	-	(1.772)
Posição em 31/12/2017	92	5.635

1.2. Recursos Humanos

A Companhia utiliza a mão de obra dos empregados de sua controladora, valendo-se de Convênio de Cooperação Técnica

firmado entre as partes. Em 31 de dezembro de 2017, a EMIP possui em seu passivo o montante de R\$65 mil a pagar à MGI relativo ao compartilhamento de mão de obra, nos termos do convênio firmado.

2. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

A EMIP auferiu, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, receita operacional líquida de R\$551 mil proveniente da comercialização de bens imóveis próprios não de uso, apresentando uma redução de 42% em relação ao exercício de 2016, quando auferiu R\$ 944 mil.

O custo apurado no exercício totalizou R\$745 mil, composto por: (i) R\$705 mil relativo ao custo de aquisição dos imóveis vendidos; (ii) R\$30 mil relativo ao custo de avaliação de imóveis; (iii) R\$10 mil relativo ao IPTU. No exercício anterior, o custo foi 52% superior, totalizando R\$1.549 mil.

Dessa forma, a EMIP apurou, no exercício de 2017, prejuízo operacional bruto de R\$194 mil, enquanto no exercício de 2016 o prejuízo foi de R\$605 mil. Os prejuízos brutos observados em ambos os exercícios ocorreram porque alguns imóveis vendidos apresentaram desvalorização em relação ao custo de aquisição.

O resultado financeiro líquido apurado pela Companhia no exercício de 2017 foi de R\$198 mil, inferior em 25% ao resultado apurado no exercício de 2016, que foi de R\$263 mil. Esse resultado refere-se aos rendimentos de aplicações financeiras, deduzidos IOF e despesas bancárias. Esta diminuição decorre da redução do montante de recursos aplicados, em razão da execução dos pagamentos de contraprestações das parcerias público-privadas.

Com base nos resultados supramencionados, a EMIP auferiu no exercício de 2017 prejuízo líquido de R\$1.917 mil, valor 55% inferior ao prejuízo do exercício anterior, que totalizou R\$4.230 mil. A melhoria do resultado em 2017 deveu-se a dois fatores:

(a) A redução do custo operacional superou o decréscimo da receita líquida, gerando uma melhoria de 67% no resultado bruto;

(b) No exercício de 2016, foi reconhecido impairment de imóveis disponíveis para venda no valor de R\$2.137 mil, enquanto, em 2017, houve reversão de impairment no valor de R\$116 mil decorrente de novos laudos de avaliação dos imóveis.

Apesar do prejuízo auferido em 2017, a Administração considera satisfatórios os resultados alcançados, uma vez que, apesar da redução da receita líquida, a redução do custo operacional propiciou uma considerável melhoria no resultado bruto. Outrossim, considerando que a principal atividade fim da EMIP, pela qual foi fundada, é a atuação como mandatária do Estado de Minas Gerais no âmbito das PPP's, a Diretoria considera cumpridos seus objetivos definidos para o exercício.

3. AUDITORIA INDEPENDENTE

A Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo a prestação de outros serviços.

4. AGRADECIMENTOS

A Administração da EMIP considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o exercício de 2017 e agradece o apoio e a orientação recebidos de sua controladora MGI, da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus colaboradores.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2018.

A Administração.

Balço Patrimonial							
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016							
(Em milhares de Reais)							
Ativo	Notas	2017	2016	Passivo	Notas	2017	
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.022	140	Fornecedores e outras contas a pagar	10.a	65	757
Tributos a recuperar	6	132	200	Salários e encargos sociais		228	21
Estoque de imóveis para comercialização	8	5.635	6.224	Tributos a recolher		216	149
Outras contas		35	30	Obrigações por repasse	9	1.735	81
Total do ativo circulante		6.824	6.594	Total do passivo circulante		2.244	1.008
Depósitos judiciais		-	91	Patrimônio líquido			
Créditos com o EMG	5	-	41.028	Capital social	11.a	10.066	50.248
Tributos a recuperar	6	1.224	1.197	Prejuízo acumulado	11.d	(4.262)	(2.345)
Imobilizado		1	1	Total do patrimônio líquido		5.804	47.903
Total do ativo não circulante		1.225	42.317				
Total do ativo		8.049	48.911	Total do passivo		8.049	48.911

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido									
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016									
(Em milhares de Reais)									
	Notas	Capital social		Reserva de lucros			Lucros/Prejuízos Acumulados		Total
		Capital social	Social a realizar	AFAC	Reclassificações de PPP	Legal	Retenção de Lucros	Acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2015		547.664	(40.540)	-	(461.500)	1.885	3.468	-	50.977
Aumento de Capital		10.000	-	-	-	-	-	-	10.000
Integralização de Capital		-	40.540	-	-	-	-	-	40.540
Aumento de Capital com retenção de lucros		3.468	-	-	-	(3.468)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	162.554	-	-	-	-	162.554
Reversão de dividendos a pagar exercício anterior		1.156	-	-	-	-	-	-	1.156
Reserva legal		-	-	-	(1.885)	-	-	1.885	-
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP		-	-	-	(213.094)	-	-	-	(213.094)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(4.230)	-	(4.230)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		562.288	-	162.554	(674.594)	-	-	(2.345)	47.903
Aumento de Capital	11.a	248.614	-	(248.614)	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	86.060	-	-	-	-	86.060
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP		-	-	-	(85.371)	-	-	-	(85.371)
Proposta de redução do Capital aprovado pelo CA em 20/12/2017		-	-	-	(40.871)	-	-	-	(40.871)
Prejuízo do exercício	11.d	-	-	-	-	-	(1.917)	-	(1.917)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		810.902	-	-	(800.836)	-	-	(4.262)	5.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A. (“Companhia”), pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da MGI, possui como principais objetivos, conforme art. 3º do seu Estatuto Social: (a) titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio, (b) estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros, (c) assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação às Parcerias Público-Privadas (PPP), (d) elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e parcerias público-privadas, (e) auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura podendo assumir obrigações, (f) prestar garantias, (g) celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, (h) participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

2. Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que

correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 24 de abril de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da EMIP. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Demonstrações de resultados			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016			
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Notas	2017	2016
Receita		12	551
Custos		13	(745)
Resultado bruto			(194)
Despesas administrativas		13	(2.134)
Outras receitas			97
Perda/reversão no valor recuperável de imóveis para venda		8	116
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos			(2.115)
Receitas financeiras		14	208
Despesas financeiras		14	(10)
Receitas financeiras, líquidas			198
Resultado antes dos impostos			(1.917)
Impostos de renda		7	-
Contribuição social		7	-
Resultado do exercício			(1.917)
Resultado p/ lote de mil ações (básico e diluído em R\$)			(4,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016			
(Em milhares de Reais)			
	Nota	2017	2016
Resultado do exercício	11-d	(1.917)	(4.230)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		(1.917)	(4.230)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo serão aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios subsequentes dessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que ocorrem. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a EMIP se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro não é reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber de clientes e outros créditos e títulos e valores mobiliários.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa com rentabilidade diária e sem carência para resgate, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo. (Veja nota 4).

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber do Estado de Minas Gerais referente aos pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas realizadas. (Veja nota 5). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de negócio da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: impostos a pagar, dividendos a pagar e obrigações por repasse.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios foram creditados durante o exercício de competência.

b. Estoque de imóveis para comercialização

Representados por unidades imobiliárias, com intenção de venda. São demonstrados pelo menor valor entre o custo histórico e o valor líquido de realização. O custo é determinado pelo Custo histórico e o valor líquido de realização correspondente ao preço de venda estimado menos custos para vender. A Administração constitui provisão para perda dos estoques sem expectativa de realização. (veja nota 8).

c. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma

Demonstrações dos fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016		
(Em milhares de Reais)		
	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(1.917)	(4.230)
Resultado do exercício		
Ajustes para:		
Perda/reversão na recuperação de imóveis para venda	(116)	2.137
	(2.033)	(2.093)

(Aumento)/diminuição de títulos e valores mobiliários

(Aumento)/diminuição de tributos a recuperar	41	(34)
(Aumento)/diminuição de depósitos judiciais	91	(91)
(Aumento)/diminuição de depósitos judiciais	(85.214)	(213.378)
(Aumento)/diminuição de outras contas	(4)	(10)
Aumento/(diminuição) de fornecedores	(692)	656
Aumento/(diminuição) de salários e encargos sociais	207	4
Aumento/(diminuição) de tributos a recolher	67	76
Aumento/(diminuição) de obrigações por repasse	1.654	(605)
Caixa usado nas atividades operacionais	(85.178)	(213.958)
Aumento capital social	86.060	213.094
Caixa proveniente de atividades de financiamento	86.060	213.094
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.022	140
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	140	1.004
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	882	(864)
Movimentação não Caixa	882	(864)
Proposta de redução do Capital aprovado pelo CA em 20/12/2017	40.871	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

d. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos de aplicações em fundos de investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos, deduzidos do PIS e COFINS não cumulativos incidentes sobre as receitas financeiras.

As despesas financeiras abrangem de encargos financeiros e impostos incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

f. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável